



GRUPO PARLAMENTAR

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1518/XIII

Por uma alternativa de Mais Crescimento e Melhor Estado

Exposição de Motivos

O PSD sempre defendeu e defende a importância e necessidade do equilíbrio das contas públicas e da continuação da redução do défice público e da elevada dívida pública portuguesa. Durante as fases positivas do ciclo económico exige-se particular empenho na consolidação orçamental, para, aproveitando os “ventos favoráveis” da conjuntura económica internacional e de reformas passadas, proteger os portugueses dos riscos e efeitos das inevitáveis fases negativas e construir capacidade orçamental para reagir a momentos adversos. Menos défice e menos dívida significam, também, respeito pelas gerações futuras e alocação de mais recursos às atividades produtivas e geradoras de valor acrescentado.

O propósito de redução do défice público e da dívida em % do PIB - já que a dívida absoluta continua infelizmente a crescer - merece o acordo do PSD.

Contudo, o PSD discorda do caminho ou estratégia escolhidos pelo Governo e pelos partidos da maioria parlamentar PS, BE, PCP e PEV, para realizar esta consolidação orçamental. A estratégia seguida nos dois últimos anos e que está praticamente plasmada na proposta de Programa de Estabilidade 2018-2022 (PE18-22) assenta em três escolhas de finanças públicas que não são nem saudáveis, nem sustentáveis:

(i) Aumentar a carga fiscal, que atingiu em 2017 o valor mais elevado de sempre e que segundo o Programa de Estabilidade se manterá historicamente elevado nos próximos anos. O Governo é responsável, por ação e por omissão, por este aumento da carga fiscal. Por ação, ao ter aumentado sucessivamente desde 2016 os impostos indiretos (especialmente os combustíveis), ao ponto de – segundo contas do próprio Governo nos seus relatórios dos Orçamentos do Estado – ter causado um aumento que é de 800 milhões de euros anuais na parte que resulta apenas dos agravamentos das taxas daqueles impostos. O governo é responsável por omissão quando, em 2017 e de agora até 2022, o Governo não intervém sobre



GRUPO PARLAMENTAR

os outros impostos de maneira a reduzir a carga fiscal. O Governo erra nesta escolha. A fase do ciclo económico e a circunstância da conjuntura económica externa deveriam permitir ao País estar a realizar um caminho de sustentável e moderada redução da carga fiscal, especialmente sobre o investimento, o trabalho e a poupança. A opção contrária plasmada neste PE18-22 é de manter a carga fiscal em máximos, isto é, capturar a maior proporção de sempre da riqueza gerada pelas famílias e empresas, para entregar ao Estado sob forma de impostos e contribuições;

(ii) Reduzir o investimento público para os níveis mais baixos de sempre. A perspetiva para o PE18-22 não muda, pois o Governo propõe baixos níveis de investimento público que não bastam para a reposição do stock de capital físico do Estado que se degrada. Os enormes cortes no investimento público, assim como as cativações record feitas pelo atual Governo, muito contribuíram para a preocupante situação de rutura em tantos serviços públicos que se observou nos últimos dois anos, com destaque para a saúde, educação, proteção civil e infraestruturas. A atual maioria de Esquerda é afinal responsável por ter posto os portugueses a pagar a maior carga fiscal de sempre, para receberem de volta os serviços públicos e o Estado a falhar como nunca;

(iii) Agravar a despesa corrente permanente do Estado. O Governo abdicou de qualquer exercício de racionalização da despesa corrente, de qualquer reforma nas administrações públicas, de qualquer esforço de melhor organização do setor público. A despesa corrente permanente tem crescido, apesar de financiada por receita fiscal que é conjuntural.

O PSD defende, nas finanças públicas, uma alternativa reformista em que a racionalização da despesa (sobretudo a corrente, mas também a relativa ao setor público empresarial) e os aumentos do crescimento, do valor acrescentado na economia e do emprego qualificado e melhor remunerado, viabilizam uma moderação da carga fiscal e níveis mais dignos de investimento público que permitam reposição do stock de capital que se degradou. Uma alternativa reformista sem a arbitrariedade, imprevisibilidade e rutura causadas pelas elevadíssimas cativações na gestão e funcionamento dos serviços públicos.

No plano da economia, é preocupante observar como o Governo se conformou com um PE18-22 que traz o abrandamento e divergência da economia portuguesa face à maioria dos países europeus, e particularmente e face a todos os países que nos são comparáveis. Aliás, segundo o PE este abrandamento verifica-se nos principais indicadores, com destaque para o PIB e o



GRUPO PARLAMENTAR

investimento. Mas, também a produtividade apresenta uma perspetiva medíocre, depois de uma queda em 2017 que resulta do modelo de baixos salários e não incremento do valor acrescentado que tem sido prosseguido pelas políticas do atual Governo.

Numa pequena economia aberta como a portuguesa, a estratégia de crescimento sustentável deveria assentar no investimento e exportações, alicerçados em reforços da poupança, da produtividade e da competitividade de pequenas, médias e grandes empresas.

Infelizmente, o PE18-22, tal como o Programa Nacional de Reformas apresentados em abril de 2018 pelo Governo, trazem mais do mesmo, isto é, nada ou praticamente nada para puxar pelas empresas, investimento e exportações. Pelo contrário, os sinais dados pelo Governo são: a falta de reformas estruturais; rasgar a reforma do IRC e aumentar derrama estadual para as empresas e diversos custos de contexto, incluindo os impostos sobre os combustíveis; reversões no domínio laboral, do ensino profissional e vocacional ou na abertura e privatização de setores.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vem propor que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Prossiga a importante e necessária redução do défice e da dívida pública (em % do PIB), adotando, porém, um outro caminho de consolidação orçamental, mais saudável e sustentável, que não assente na atual estratégia de (i) aumento da carga fiscal para máximos de sempre, (ii) redução do investimento público para mínimos históricos que conjuntamente com elevadas e arbitrarias cativações têm causado degradação e rutura nos serviços públicos, e (iii) aumento da despesa pública corrente permanente;
2. Desenvolva e implemente efetivas reformas estruturais que evitem e invertam as anunciadas perspetivas de abrandamento e de divergência da economia portuguesa, adotando medidas de estímulo ao investimento, exportações, produtividade, poupança, criação de emprego mais qualificado e remunerado, aumento do valor acrescentado e inovação.

Assembleia da República 19 de abril de 2018



Os Deputados do Partido Social Democrata

Fernando Negrão
António Leitão Amaro
Duarte Pacheco
Adão Silva
António Costa Silva
Emídio Guerreiro
Margarida Mano
Rubina Berardo
Álvaro Batista
Ana Sofia Bettencourt
Ângela Guerra
António Lima Costa
António Topa
Berta Cabral
Bruno Coimbra
Bruno Vitorino
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Costa Neves
Carlos Silva
Cristóvão Crespo
Cristóvão Norte
Duarte Marques
Emília Cerqueira
Fátima Ramos
Feliciano Barreiras Duarte
Firmino Pereira
Helga Correia
Inês Domingos
Isaura Pedro



GRUPO PARLAMENTAR

Joana Barata Lopes

Joel Sá

Jorge Paulo Oliveira

José António Silva

José Carlos Barros

José Cesário

José de Matos Rosa

José Pedro Aguiar Branco

José Silvano

Luís Leite Ramos

Luís Marques Guedes

Luís Pedro Pimentel

Luís Vales

Marco António Costa

Margarida Balseiro Lopes

Maria das Mercês Borges

Maria Germana Rocha

Maria Luís Albuquerque

Maria Manuela Tender

Maurício Marques

Miguel Santos

Nilza de Sena

Paulo Neves

Pedro Pimpão

Pedro Roque

Regina Bastos

Rui Cruz

Rui Silva

Sara Madruga da Costa

Susana Lamas

Teresa Morais



GRUPO PARLAMENTAR

Ulisses Pereira